

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ANA CAROLINA SIMÕES SILVEIRA**



Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992

Data da instalação: 28-12-1992

Data de implantação do PJe: 2-4-2013

Jurisdição: Ribeirão das Neves

Edital de Correição divulgado no DEJT em 23-7-2026, p. 4.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 3-6-25

Às 10h20min horas do dia seis de agosto de 2026, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Íris da Silva Malheiros**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à correição ordinária presencial no âmbito da Vara do Trabalho de Ribeirão das Neves, situada na Rua José Ferreira, 335, nos termos do art. 682, XI, da CLT, do art. 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região e do art. 29, I, do Provimento CGJT n. 4/2023.

Presentes a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Ana Carolina Simões Silveira** e Juíza Substituta Dra. **Fabiana Maria Soares**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Euro Garcia Lobato Júnior; os servidores os servidores Ana Júlia Miranda Rosas de Oliveira, Brenno Francisco Dantas, Erick Winer Resende Silva, Felipe Alves Rocha, Fernanda Patrícia Braga de Souza, Rogério Bertany da Silva, Sérgio Ricardo Silva Medeiros e Valéria Londe Bicalho, os estagiários Fabiane Vitória Silva Santos, Hellen Fernanda Teixeira de Souza, Madalena Fernandes de Almeida e William da Silva Xavier.

Participaram, de forma remota, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, a Juíza Auxiliar Dra. **Nelsilene Leão de Carvalho Dupin**; os servidores Mateus Seixas Costa e Taís Rogério; bem como a estagiária Evelyn Garcia Rios.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.391 processos, distribuídos neste ano até o dia 20-7-2026, apurando-se a média de 11 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até o dia 20-7-2026, 85 cartas precatórias, dentre elas, 6 executórias. Das recebidas em 2026, 52 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 438 processos na Instância Superior, sendo que desses 199 processos foram remetidos neste ano até o dia 20-7-2026.

1.4. PROCESSOS COM O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO PARA ELABORAR SENTENÇA/DECISÃO – Há 76 processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

1.5. PROCESSOS AGUARDANDO LAUDO PERICIAL – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 87 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 248 mandados expedidos no PJe, no ano em curso, dentre os quais 20 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos sobrestados.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO

1.8.1. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO:

(de 1º-1-2026 até 20-7-2026)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	254
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	526
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	77

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	12
--	----

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

1.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO

Existem 318 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 256 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 62 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 0 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) 0 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2026 até 20/07/2026

No ano anterior, até dia 20/07/2025 - havia 355 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 265 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 90 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 0 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2025 e 2026
(dados apurados em 2026 até o dia 20-7)

Decisões na fase execução:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	36	21	19
02-FEVEREIRO	47	37	25
03-MARÇO	37	31	37
04-ABRIL	43	29	26
05-MAIO	50	30	35
06-JUNHO	48	43	27

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

07-JULHO	50	30	16
08-AGOSTO	44	34	
09-SETEMBRO	40	27	
10-OUTUBRO	39	29	
11-NOVEMBRO	30	19	
12-DEZEMBRO	17	25	
Totais	481	355	185

Alvarás expedidos:

	2024			2025			2026		
	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF	SISCONDJ
01-JANEIRO	101	87	20	119	102	32	87	48	35
02-FEVEREIRO	149	129	40	184	154	38	140	121	44
03-MARÇO	99	77	37	191	174	45	103	67	77
04-ABRIL	173	143	33	152	133	37	132	97	99
05-MAIO	233	200	36	178	146	42	170	140	45
06-JUNHO	191	152	47	240	208	52	154	123	63
07-JULHO	205	162	43	165	122	37	130	104	43
08-AGOSTO	138	108	38	146	115	53			
09-SETEMBRO	158	123	33	125	80	49			
10-OUTUBRO	283	259	41	128	103	53			
11-NOVEMBRO	119	92	35	114	87	54			
12-DEZEMBRO	117	95	24	101	85	30			
Totais	1966	1627	427	1843	1509	522	916	700	406

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

1.10. INCIDENTES PROCESSUAIS: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 20/07/2026, existem 29 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	16
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	12
Tutelas Provisórias Pendentes	1
Total	29

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 6-8-2026 havia 28 processos:

- a) inicial por videoconferência:** 25 processos;
- b) instrução:** 2 processos;
- c) instrução por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011026-90.2026.5.03.0093, 0011014-76.2026.5.03.0093, 0011035-52.2026.5.03.0093, 0011035-52.2026.5.03.0093, 0011083-11.2026.5.03.0093, 0011027-75.2026.5.03.0093, 0010731-53.2026.5.03.0093, 0010479-50.2026.5.03.0093, 0010634-51.2026.5.03.0029, 0011164-57.2026.5.03.0093,

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

0011014-76.2026.5.03.0093, 0010731-53.2026.5.03.0093: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

0010479-50.2026.5.03.0093: processos sujeitos ao procedimento ordinário com designação de audiência com prazo superior a dois meses.

2.1. SOBRESTADOS, PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL, PROCESSOS JULGADOS (10), PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO, REUNIÃO DE EXECUÇÃO, FORA DA PAUTA, INCIDENTES

Exame dos autos dos processos: 0010153-90.2026.5.03.0093, 0010371-21.2026.5.03.0093, 0010373-88.2026.5.03.0093, 0010009-19.2026.5.03.0093, 0012176-43.2025.5.03.0093, 0010839-19.2025.5.03.0093, 0010325-66.2025.5.03.0093, 0010571-62.2025.5.03.0093, 0010474-62.2025.5.03.0093, 0011351-36.2024.5.03.0093, 0010729-20.2025.5.03.0093, 0012405-37.2024.5.03.0093, 0011973-52.2023.5.03.0093, 0012589-90.2024.5.03.0093, 0012183-69.2024.5.03.0093, 0010854-51.2026.5.03.0093, 0010854-51.2026.5.03.0093, 0010300-19.2026.5.03.0093, 0010299-34.2026.5.03.0093, 0010232-06.2025.5.03.0093, 0010667-77.2025.5.03.0093, 0010345-69.2026.5.03.0013, 0011271-04.2026.5.03.0093, 0011147-21.2026.5.03.0093, 0010773-05.2026.5.03.0093, 0010474-28.2026.5.03.0093, 0011245-06.2026.5.03.0093, 0012495-45.2024.5.03.0093, 0010553-07.2026.5.03.0093, 0011192-25.2026.5.03.0093, 0012152-15.2025.5.03.0093, 0010922-35.2025.5.03.0093, 0010349-94.2025.5.03.0093, 0010779-12.2026.5.03.0093, 0011056-62.2025.5.03.0093, 0010486-42.2026.5.03.0093, 0011474-97.2025.5.03.0093, 0011636-92.2025.5.03.0093, 0011169-16.2025.5.03.0093, 0010716-21.2025.5.03.0093, 0010648-37.2026.5.03.0093, 0011864-04.2024.5.03.0093, 0012576-91.2024.5.03.0093, 0010108-86.2026.5.03.0093, 0010094-73.2024.5.03.0093, 0011390-33.2024.5.03.0093, 0010890-30.2025.5.03.0093, 0012009-26.2025.5.03.0093, 0012208-82.2024.5.03.0093, 0010691-42.2024.5.03.0093, 0010939-37.2026.5.03.0093, 0010775-72.2026.5.03.0093, 0010381-88.2023.5.03.0184, 0011100-47.2026.5.03.0093, 0011277-11.2026.5.03.0093, 0011395-21.2025.5.03.0093, 0010349-94.2025.5.03.0093, 0012086-35.2025.5.03.0093, 0011169-16.2025.5.03.0093, 0011230-13.2021.5.03.0093, 0011308-65.2025.5.03.0093, 0012198-04.2025.5.03.0093, 0011031-49.2025.5.03.0093, 0010108-86.2026.5.03.0093, 0011349-32.2025.5.03.0093, 0011031-15.2026.5.03.0093, 0012112-33.2025.5.03.0093, 0011253-80.2026.5.03.0093, 0010524-54.2026.5.03.0093, 0012298-90.2024.5.03.0093.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Incidentes pendentes no Painel BI:

0011395-21.2025.5.03.0093: incidente processual (ED 25-5-2026) Sentença proferida em 14-7-2026 - Autos no TRT-;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

0011169-16.2025.5.03.0093: incidente processual (ED 11-6-2026) Sentença proferida em 14-7-2026;

0011230-13.2021.5.03.0093: incidente processual (ISL 11-6-2026) - Autos conclusos para decisão do incidente desde 24-6-2026;

0011308-65.2025.5.03.0093: incidente processual (EE 21-6-2026) - Autos conclusos para decisão do incidente desde 23-6-2026. Intimado perito contábil;

0012198-04.2025.5.03.0093: incidente processual (EE 22-6-2026) - Autos conclusos para decisão do incidente desde 30-6-2026;

0011031-49.2025.5.03.0093: incidente processual (ED 24-6-2026) - Autos conclusos para decisão do incidente desde 02-7-2026;

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

	Processo	Classe	Tarefa
Conhecimento	0010237-62.2024.5.03.0093	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010988-78.2026.5.03.0093	Ação Civil Pública	Aguardando audiência
	0011063-54.2025.5.03.0093	Ação Civil Pública	Aguardando prazo
	0011185-19.2015.5.03.0093	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0011793-80.2016.5.03.0093	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	0011860-30.2025.5.03.0093	Ação Civil Pública	Aguardando audiência
	0012164-63.2024.5.03.0093	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis coletivas em tramitação.

	Processo	Classe	Tarefa
Conhecimento	0011444-28.2026.5.03.0093	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo
	0011489-03.2024.5.03.0093	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior
	0011553-13.2024.5.03.0093	Ação Civil Coletiva	Elaborar sentença
	0011997-46.2024.5.03.0093	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior
Execução	0011876-18.2024.5.03.0093	Ação Civil Coletiva	Aguardando final do sobrestamento

2.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS EXISTENTES EM PROCESSOS ARQUIVADOS E/OU AINDA ATIVOS – De acordo com levantamento realizado pelo Núcleo Garimpo, constatou-se que não há a existência, na unidade judiciária, de débito(s) não efetivamente pago(s) em processo(s) arquivados e/ou a existência de saldo(s) em conta(s) de processo(s) ainda ativo(s).

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2024	2025	2026
Procedimento sumaríssimo/ordinário	38	39	47

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	62	101	106

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2024	2025	2026
Procedimento sumaríssimo	14	13	03/08/2026 – 9 dias
Procedimento Ordinário	20	18	21/10/2026 – 62 dias
Instrução	102	87	31/03/2027 – 150 dias

DECISÕES/SENTENÇAS PROFERIDAS

Ano 2026, até o dia 20-7, com 126 dias de expediente forense:

	2026	Média dia/útil
Julgados procedentes	36	0,286
Julgados procedentes em parte	200	1,587
Julgados improcedentes	95	0,754
Extintos com resolução de mérito	2	0,016
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	333	2,643
Extintos sem resolução de mérito	35	0,278
Arquivamento	304	2,413
Desistência	65	0,516
Outras decisões sem resolução de mérito	23	0,183
Total sem resolução de mérito	427	3,389
Decisões de conhecimento	760	6,032
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	85	0,675
Conciliações	482	3,825

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Decisões de incidentes na liquidação/execução	32	0,254
Total	1.373	10,8

Ano 2025, com 233 dias de expediente forense:

	2025	Média/dia útil
Julgados procedentes	82	0,352
Julgados procedentes em parte	389	1,67
Julgados improcedentes	173	0,742
Extintos com resolução de mérito	3	0,013
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	647	2,777
Extintos sem resolução de mérito	84	0,361
Arquivamento	442	1,897
Desistência	113	0,485

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Outras decisões sem exame de mérito	37	0,159
Total sem resolução de mérito	676	2,901
Decisões de conhecimento	1.323	5,678
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	187	0,803
Conciliações	785	3,369
Decisões de incidentes na liquidação/execução	59	0,253
Total	2.354	10,1

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da secretária, que as audiências são realizadas pela Juíza Auxiliar de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min, com pauta dupla às terças e quartas-feiras a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 5 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as iniciais de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções. Informa, também, que a magistrada Nelsilene Leão de Carvalho Dupin possui autorização do eg. TRT para trabalhar remotamente.

Informou, ainda, a Secretária da Vara do Trabalho, que a unidade faz o uso efetivo do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV), usa o Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJE-CALC) e utiliza o acesso ao Sistema Garimpo.

Em atendimento ao artigo 32, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece, nesta unidade organizacional, às terças, quartas e quintas-feiras.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Audiências realizadas em junho de 2026, com 20 dias úteis:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	12	0,6
Conciliação em execução	15	0,75
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial/Inicial (rito ordinário)	196	9,8
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	101	5,05
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	324	16,2

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2025 e 2026
(dados apurados em 2026 até o dia 20-7)

Audiências realizadas:

	2024	2025	2026

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

01-JANEIRO	138	162	147
02-FEVEREIRO	235	273	207
03-MARÇO	224	239	385
04-ABRIL	298	344	249
05-MAIO	263	257	303
06-JUNHO	209	279	324
07-JULHO	257	327	217
08-AGOSTO	234	230	
09-SETEMBRO	236	309	
10-OUTUBRO	239	252	
11-NOVEMBRO	200	318	
12-DEZEMBRO	161	137	
Totais	2694	3127	1832

Conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução:

Conhecimento			Execução			Liquidação		
2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026
42	54	26	3	1	3	7	6	
83	75	73	9	6	9	5	5	9
59	60	124	5	4	5	6	2	7
93	94	60	8	4	5	9	3	4
69	72	71	4	3	2	6	4	7
72	63	80	8	4	3	2	8	4

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

72	82	55	9	7	2	4	12	5
73	57		5	5		6	7	
56	68		6	4		10	13	
67	71		7	2		5	8	
63	80		9	5		8	10	
32	31		3	5		2	10	
781	807	489	76	50	29	70	88	36

Sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	114	140	95
02-FEVEREIRO	182	201	172
03-MARÇO	130	185	248
04-ABRIL	176	224	162
05-MAIO	170	168	194
06-JUNHO	210	171	210
07-JULHO	232	197	161
08-AGOSTO	222	157	
09-SETEMBRO	225	202	
10-OUTUBRO	178	165	
11-NOVEMBRO	176	203	
12-DEZEMBRO	87	95	

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Totais	2102	2108	1242
---------------	------	------	------

Despachos:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	826	1589	2012
02-FEVEREIRO	1172	2597	2249
03-MARÇO	1317	2386	3528
04-ABRIL	1738	2325	2525
05-MAIO	1505	2854	2936
06-JUNHO	1646	2642	2923
07-JULHO	1566	2965	1887
08-AGOSTO	1520	2472	
09-SETEMBRO	1463	2828	
10-OUTUBRO	1302	2800	
11-NOVEMBRO	1240	2615	
12-DEZEMBRO	839	1828	

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2024	2025	2026 até 20-7
Processos recebidos	2.483	2.198	1.391

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Média por dia útil	10,6	9,4	11,0
Processos remanescentes do ano anterior	448	619	879
Sentenças anuladas	7	6	4
Total de processos para solução	2.938	2.823	2.274
Processos solucionados	2.102	2.108	1.242
Processos conciliados	772	785	482
Produtividade	71,54%	74,67%	54,61%

Quanto ao número de processos, verificou-se que, em 2025, houve uma diminuição de 11.4%. Quanto à produtividade, verificou-se que, em 2025, houve um aumento de 4,3%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país. Instrumento eficaz de gestão, o IGEST pode ser utilizado como um balizador da vara na busca por melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. O IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 220, de 20 de janeiro de 2022.

MESOINDICADORES IGEST: (de 1º-1-2026 até 20-7-2026)

5.1.1 MESOINDICADOR ACERVO: O mesoindicador Acervo é composto pelos indicadores I01 – Idade Média do Pendente de Julgamento, I02 – Pendentes e I03 – Taxa de Concluídos com o Prazo Vencido.

I01 – Indicador Idade média do Pendente de Julgamento: representa o tempo médio que os

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2024	7	2
2025	258	1
2026 – ano de referência	592	
TOTAL	857	0,32

I02 – Indicador Pendentes: representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	970

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	222

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	184
--	--	-----

I03 – Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido: representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

(fonte: e-Gestão)

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	77

5.1.2. MESOINDICADOR CELERIDADE: o mesoindicador Celeridade é composto pelos indicadores I04 – Prazo Médio na Fase de Conhecimento, I05 – Prazo Médio na Fase de Liquidação e I06 – Prazo Médio na Fase de Execução.

I04 – Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento: representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	1.238	108

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

I05 – Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	202	75

I06 – Indicador Prazo Médio Fase de Execução: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	143	665,21
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	5	336

5.1.3. MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: o mesoindicador Produtividade é composto pelos indicadores I07 – Taxa de Conciliação, I08 – Taxa de Solução e I13 – Taxa de Execução.

I07 – Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento: representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

(fonte: e-Gestão)

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	482
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.242

I08 – Indicador Taxa de Solução: representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

(fonte: e-Gestão)

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.242
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	1.395

I13 – Indicador Taxa de Execução: representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

(fonte: e-Gestão)

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	152
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	153

5.1.4. MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: o mesoindicador Congestionamento é composto pelos indicadores I09 – Taxa de Congestionamento no Conhecimento e I10 – Taxa de Congestionamento na Execução.

I09 – Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento: representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	970
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.171

I10 – Indicador Taxa de Congestionamento na Execução: representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	184
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	166

5.1.5. MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO

I11 – Indicador Produtividade por Servidor: representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.171
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	166
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

I12 – Indicador Pendentes por Servidor: representa o total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	970
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	184
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10

5.1.6. PERFIL DA VARA DO TRABALHO

Perfil da Vara do Trabalho		Ribeirão das Neves - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência	4º trim 2025	1º trim 2026	2º trim 2026	3º trim 2026	4º trim 2026
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/04/2025 a 31/03/2026	01/07/2025 a 30/06/2026	01/10/2025 a 30/09/2026	01/01/2026 a 31/12/2026

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,04	0,59	0,36		
	I02 - Pendentes	1.232	1.371	1.385		
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00		
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	106,59	102,51	106,99		
	I05 - Prazo médio no cumprimento de sentença (em dias)	217,38	207,20	202,80		
	I06 - Taxa de conciliação (%)	53,23	56,22	55,50		
	I07 - Taxa de solução (%)	95,64	91,69	89,97		
	I12 - Taxa de extinção (%)	97,34	97,40	102,12		
	I08 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	27,19	30,48	32,15		
	I09 - Taxa de congestionamento no cumprimento de sentença (%)	27,35	26,88	24,31		
	I10 - Produtividade por servidor	328,90	333,00	334,00		
	I11 - Pendentes por servidor	123,20	137,10	138,50		
Meso	Acervo	0,20	0,35	0,33		
	Celeridade	0,32	0,31	0,33		
	Produtividade	0,44	0,45	0,44		
	Congestionamento processual	0,24	0,26	0,27		
	Força de trabalho	0,29	0,31	0,31		
Macro	IGEST	0,2996	0,3351	0,3373		

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Posição IGEST	6	17	16		
Movimentação processual	2001 a 2500	2501 ou Mais	2501 ou Mais		
FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 28/07/26)					

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2025

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$1.436.309,82	R\$121.519,13	R\$15.707.924,36

6.1 ARRECADAÇÃO – Ano 2024

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$1.770.354,8	R\$327.231,93	R\$17.899.894,85

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, que encontram-se em vigor as seguintes portarias: Portaria 01/2017 – Regulamenta a dispensa do comparecimento dos representantes legais dos entes públicos nas audiências iniciais; Portaria VTRN N. 1/2021 – Estabelece procedimentos para a suspensão das atividades presenciais decorrentes da Pandemia da COVID-19; e Portaria VTRN N. 2/2021 – Estabelece procedimentos para reunião das execuções de um mesmo devedor.

8. FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE PESQUISA PATRIMONIAL – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Não foram encontrados excessos de prazo em 2025.

Pje

Escaneio de petições não apreciadas 39, mais antiga 20-7-26

Processos no sistema de Gestão Interna Gabinetes e Secretarias (GIGS): 27

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Tarefa Prazo vencido do PJe 10, desde 22-7-26.

Data de corte: 22-7-2026

10. Gestão Estratégica – Os resultados das metas 2025 estão disponíveis, para fins de conferência e acompanhamento, no seguinte endereço eletrônico:

<https://portal.trt3.jus.br/intranet/menu-tematico/servicos/analise-de-dados/links/metas-nacionais>

Meta 1 CNJ/2025: Julgar mais processos que os distribuídos: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

Cláusula de barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, menor que 40%.

Finalidade: aferir o percentual de processos julgados em relação ao número de processos distribuídos no período de referência, inclusive os processos de anos anteriores que passaram a se enquadrar nos critérios da meta e não possuíam julgamento, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- O percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, for menor que 40%.

A unidade atingiu o Índice de Processos Julgados (IPJ) de 96,18% e obteve Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento (TCLC) de 26.82% (inferior a 40%, índice equivalente à cláusula de barreira).

Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

Meta 2 CNJ/2025: Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

Finalidade: aferir o percentual de processos antigos julgados em relação ao número de processos antigos distribuídos até o período de referência, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de Cumprimento: percentual de cumprimento da meta por período de referência =

$$(\text{processos antigos julgados (2023)} / (\text{processos antigos distribuídos-2023} - \text{processos suspensos no mês corrente que foram distribuídos na instância até 12/2023})) \times (1000/9,4);$$

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

E

(processos antigos julgados (2020) / processos antigos distribuídos (2020) - processos que foram suspensos de 01/2025 até o mês corrente que estavam pendentes de julgamento em 31/12/2024, não suspensos em 31/12/2024 e que foram distribuídos na instância até 12/2020) x 100.

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos dois indicadores.

Em relação ao primeiro critério, a unidade atingiu IPAJ de 100%, tendo alcançado um índice de cumprimento da meta de 106,38%.

Por seu turno, em relação ao segundo, atingiu o IPAJ de 100%, tendo alcançado um índice de 100% de cumprimento da meta.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

Meta 3 CNJ/2025: Estimular a conciliação: aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Finalidade: aferir o percentual de processos solucionados por conciliação em relação ao total de processos solucionados, com vistas a reduzir a demanda judicial por meio da adoção de soluções consensuais para os conflitos.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se:

- O grau de cumprimento for igual ou superior a 100%;
- A unidade alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Mediante obtenção de Índice de Conciliação (IC) de 53,27%, a unidade atingiu cumprimento de 102,34% da meta do período, estabelecida em 52,05%. Por meio de referido IC, atingiu percentual superior à cláusula de barreira, estabelecida em 38%.

Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

Meta 5 CNJ/2025: Reduzir a Taxa de Congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024.

Cláusula de barreira:

- Taxa de Congestionamento Líquida de Processo de Conhecimento (TCLC) em 2025 $\leq$ 40%
- Taxa de Congestionamento Líquida de Execução Não Fiscal (TCLEXNFISC) em 2025 $\leq$ 65%

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Obs.: são necessárias as duas condições em conjunto.

Finalidade: aferir o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- Os percentuais de TCLC e TCLEXNFISC forem inferiores ou iguais às cláusulas de barreira estabelecidas.

A Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento da unidade foi de 26,82%, inferior à cláusula de barreira na fase de conhecimento estabelecida em 40%. Já a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução foi de 12,68%, inferior à cláusula de barreira da fase de execução fixada em 65%.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e artigo 20, da Resolução nº 435, de 28-10-2021, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que seja realizada a autoinspeção ordinária, com periodicidade mínima anual, em cumprimento do Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 30 DE OUTUBRO DE 2024, nas unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, também, que seja (m):

1) usados, como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes nos Painéis Interativos de Bussiness Intelligence (BI), quais sejam: Painel das Metas Nacionais do

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

CNJ, Painel do IGEST, Painel de Produtividade, Painel de Processos Aptos para Julgamento e Painel da Meta 9 do CNJ (Agenda 2030), disponíveis em <https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/analise-de-dados/principal>;

2) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

3) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 1/2021 que recomenda “*aos Juízes Titulares e Substitutos, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior que promovam a ampliação da pauta de audiências em ao menos 50 % do quantitativo habitual de audiências realizadas na respectiva vara do trabalho, nos períodos em que houver designação de juiz auxiliar para atuar conjuntamente com o magistrado responsável pela unidade judiciária*”;

4) cumprida a Resolução Conjunta GP.GCR.GVCR N. 211/2021, que regulamenta a utilização do Sistema de Designação de Oitiva por Videoconferência (SISDOV), em cartas precatórias, para a oitiva de testemunhas, partes e auxiliares da justiça;

5) cumprido o Ofício-Circular N. GCR/45/2021, diligenciando naqueles processos arquivados definitivamente, após 14-2-2019, com depósitos judiciais/recursais, conforme art. 120 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, segundo o qual “*É condição para arquivamento definitivo do processo judicial, quando na fase de execução, entre outras providências eventualmente necessárias, a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao mesmo processo*”;

6) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e inciso III do artigo 108 do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Ademais, deve ser atendida a norma veiculada pelo art. 764 da CLT, no sentido de que “*os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação*” (*caput*), frisando-se que “*os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos*” (§ 1º);

7) proferidas sentenças líquidas na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, envidando esforços para que, no mínimo 10% das sentenças prolatadas no mês, por juiz, sejam líquidas, realizadas pelo sistema do PJe-Calc, em cumprimento ao contido na ata de correição realizada neste Regional pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no ano 2021, conforme recomendado por meio do Ofício Circular Conjunto N. GCR/GVCR/15/2021;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

8) observadas as diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos, conforme artigo 32, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

9) observado o correto lançamento dos dados nos sistemas garantindo a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão, conforme Recomendação nº1/GCGJT, de 19 de outubro de 2022;

10) esclarecidas quaisquer dúvidas sobre o IGEST e as Metas Nacionais do CNJ, assim como a geração de dados adicionais, por meio da abertura de chamado na Intranet do TRT3 via Portal CSTI (Sistemas>ABERTURA DE CHAMADOS TI E PJE – PORTAL CSTI>Página Inicial > Estatística) ou pelo link (<https://portalcsti.trt3.jus.br/assystnet/#services/227>), atendimento que será prestado pela Divisão de Estatística e Análise de Dados (DESTAD) da Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE);

11) utilizada regularmente, pelos magistrados e servidores, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI-VT na tramitação dos processos, conforme Ofício Circular SECVCR/7/2023, de 5 de maio de 2023. A ferramenta pode ser acessada por meio do link (<https://fluxonacional.jt.jus.br/index.php/Especial:Autenticar-se>), mediante login (CPF) e senha. No primeiro acesso, deve-se clicar em “Esqueceu sua senha?”, para receber por e-mail uma senha provisória e utilizá-la para fazer o login no sistema e cadastrar a senha definitiva;

12) cumpridos os Ofícios-Circulares n. CGJT/30/2023 e n. GCR/34/2023, que dispõem sobre arquivamento definitivo do processo de execução no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme o art. 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, procedimentos contrários, verificados principalmente em reunião de execuções, expedição de precatórios, homologações de acordo e expedição de certidões para habilitação em recuperação judicial/falência, geram efeitos deletérios, porque, além de criarem um desvio estatístico, também implicam prejuízo às Varas do Trabalho e aos magistrados que observam as normas de regência. Para as hipóteses mencionadas deve-se utilizar movimentos próprios: 50127 – Suspensão o processo por reunião de processos na fase de execução (Processo principal nº número do processo); 50142 - Suspensão o processo por falência ou recuperação judicial; e 11014 - Suspensão ou sobrestado o processo por convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação (até que o PJe adote o movimento 15238 - Suspensão o processo por homologação de acordo ou transação);

13) Recomenda-se a utilização do Painel Uai-Con para identificação dos processos com alto potencial de conciliação;

14) implementada pela unidade judiciária, com base no ofício circular N.GP/01/2025, a utilização do Robô RJ-9, integrante do Projeto Solária do conselho Superior da Justiça do Trabalho, para automatizar os lançamentos de valores arrecadados a título de contribuição previdenciária e imposto de renda, visando otimizar o tempo nas tarefas ordinatórias, garantir maior segurança nos lançamentos e, consequentemente, impulsionar a agilidade e eficiência da prestação jurisdicional.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento ordinário, em conformidade com o artigo 841 da CLT, que deverão ser realizadas no prazo máximo de 2 (dois) meses, mediante **realização de pauta especial de segunda a sexta-feira**, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 2) regularizado, em até 120 dias, o prazo para designação das audiências de instrução para o prazo inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial, conforme o artigo 29, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, mediante **realização de pauta especial de segunda a sexta-feira**, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 3) mantido o julgamento dos embargos/impugnações na fase de execução no prazo do artigo 885 da CLT;
- 4) mantido o monitoramento dos processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.8 desta Ata;
- 5) mantido o monitoramento dos incidentes processuais, conforme apurado no item 1.10 desta Ata;
- 6) mantido os esforços para o cumprimento das metas nacionais 2026;
- 7) cumprida a Resolução Conjunta GP/GVP1/GCR/GVCR N. 203 de 13 de setembro de 2021 que dispõe sobre a adoção do Fluxograma Paradigma de Liquidação e de Execução, disponível na intranet deste Regional, em serviços – execução paradigma – fluxos de trabalho, modelos de documentos e POPs;
- 8) envidados esforços para inclusão em pauta de processos durante a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, a Semana Nacional da Execução Trabalhista e a Semana Nacional de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, a ocorrerem em 2026. Para tanto, será indispensável o esforço e o compromisso dessa unidade judiciária para que as semanas de conciliação e execução agendadas transcorram em consonância com as metas traçadas, de forma, ainda, a reafirmar a importância da solução consensual dos conflitos;
- 9) mantido pela unidade judiciária, com base no Ofício Circular N. GP/01/2025, a utilização do Robô RJ-9, integrante do Projeto Solária co conselho superior da Justiça do Trabalho, para

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

automatizar os lançamentos de valores arrecadados a título de contribuição previdenciária imposto de renda, visando otimizar o tempo nas tarefas ordinatórias, garantir maior segurança nos lançamentos e, conseqüentemente, impulsionar a agilidade e eficiência da prestação jurisdicional;

10) registradas as movimentações dos saldos de depósitos judiciais e recursais em processos arquivados após 14/02/2019, no Sistema Garimpo, em atendimento ao Ofício TRT3/NGAR n. 27/2025 e ao Ato Normativo n. 000009-38.2023.2.00.0500 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

11) informada ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP) a reserva de crédito nos processos piloto, logo após solicitada por essa unidade, observando-se o sigilo (não juntar e-mail no processo), bem como efetuado o registro no BNDT;

12) diante da obrigatoriedade instituída pela Resolução CNJ n. 455, de 2022, e pela Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral de Justiça, recomenda-se que a notificação inicial/citação das pessoas jurídicas cadastradas no Domicílio Judicial Eletrônico seja necessariamente realizada por este meio;

13) cumprida a decisão do CNJ (PCA nº 0002260-11.2022.2.00.0000) - que exige, independentemente do número de dias em que estes atuam em audiências e sessões, a presença física dos magistrados de 1º e 2º graus na unidade por, ao menos, três dias úteis semanais;

14) verificada, em até cinco dias antes da audiência, a intimação da parte autora para a sessão, nos casos em que a audiência não for designada automaticamente;

15) observar se houve a adequada expedição de ofícios e o recebimento de resposta às diligências/ordens deles constantes, a fim de se evitar o atraso desnecessário do processo, atentando-se, ainda, para os feitos que tramitam em segredo de justiça, de modo que não haja a exposição indevida de dados sensíveis;

16) adotar a sistemática do art. 825, *caput*, da CLT no tocante ao comparecimento de testemunhas;

17) indicado pela Secretária da Vara a inscrição e participação de, no mínimo, 2 (dois) servidores nos cursos de capacitação promovidos pela Escola Judicial (EJUD) do TRT3, priorizando aqueles que abordam os temas de IGest, Metas Nacionais, Precatórios, Recuperação Judicial, PJe, Gigs e Despachos, visando ao aprimoramento da gestão processual, o desenvolvimento profissional e pessoal, bem como o alcance das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

18) Deverá a Secretária da Vara encaminhar à Corregedoria, no prazo de 60 dias, comprovante de inscrição dos servidores nos cursos acima e, após, a participação, remeter comprovação de frequência e avaliação de cada participante;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

19) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o exame periódico de saúde, na data estabelecida pela Secretaria de Saúde deste TRT3, em conformidade com art. 13 da IN GP n. 21/2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2025:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min horas do dia seis de agosto de 2026, em sessão pública presencial, nos termos do Edital n. 129, divulgação no DJe 23-7-2026, do que, para constar, eu, Adalberto Mendes Salles, Chefe de Divisão da Secretaria da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Desembargadora Corregedora, pela MM. Juíza Titular da Vara e pelo Secretário da Vara. Prestou assistência direta à Excelentíssima Desembargadora Corregedora o servidor Adalberto Mendes Salles.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:35980

Assinado de forma digital por MARISTELA
IRIS DA SILVA MALHEIROS:35980
Dados: 2026.08.09 19:36:48 -03'00'

Maristela Íris da Silva Malheiros
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

ANA CAROLINA SIMÕES
SILVEIRA:97861

Assinado de forma digital por ANA
CAROLINA SIMÕES SILVEIRA:97861
Dados: 2026.08.19 17:33:51 -03'00'

Ana Carolina Simões Silveira
Juíza do Trabalho Titular da Vara
EURO GARCIA
LOBATO
JUNIOR:120081

Assinado de forma digital por
EURO GARCIA LOBATO
JUNIOR:120081
Dados: 2026.08.19 15:11:07 -03'00'

Euro Garcia Lobato Júnior
Secretário da Vara do Trabalho

ADALBERTO MENDES
SALLES:30831807

Assinado de forma digital por
ADALBERTO MENDES
SALLES:30831807
Dados: 2026.08.07 08:44:18 -03'00'

Adalberto Mendes Salles
Chefe de visão da Secretaria da Corregedoria
e da Vice-Corregedoria